CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA

SECRETARIA DA FAZENDA
"Incremento da Arrecadação"

Em cumprimento à **Instrução Normativa nº 031/2025**, que trata sobre a execução de serviços de **auditoria interna** nessa entidade, durante o presente ano, emitimos nosso memorando sob nº 070/2025 – CGM, de 07/07/2025, onde confirmamos o nosso encontro, entre os dias 29 a 31 de julho, e também solicitamos documentos e informações para dar base ao nosso trabalho.

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA AUDITORIA:

O presente relatório de auditoria foi elaborado pelos servidores João Luís Miranda, Controlador Geral do Município, e Larissa Carolyne Figueira de Freitas, Assistente de Controle Interno, ambos lotados na Controladoria Geral do Município.

ITENS AVALIADOS:

Os trabalhos foram realizados com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com o objetivo de avaliar aspectos relacionados ao incremento da arrecadação tributária municipal.

Recebemos a documentação por meio do protocolo eletrônico nº 5563/2025, e de posse das informações, demos início aos nossos exames:

a) Equipe tributária com servidores devidamente designados, incluindo a formalização de um responsável técnico pelo setor.

A equipe tributária do município está estruturada da seguinte forma:

- 1 Diretora de Tributação
- 1 Diretora de Dívida Ativa

- 1 Fiscal de Tributos
- 3 Administrativos
- 1 Atendente

Sim, há um servidor formalmente designado como responsável pelo setor tributário – Celia Solange de Ramos Silva – Diretora de Tributos.

b) Instituição de um Plano Anual de Arrecadação.

A Secretaria Municipal de Finanças informou que, até o momento, não foi instituído um Plano Anual de Arrecadação com metas formalmente definidas.

c) Existência de sistema de georreferenciamento para atualização da Planta Genérica de Valores.

Atualmente não temos sistema de georreferenciamento para atualização da Planta Genérica de Valores, porém, o Município tem previsto em seu PPA 2026-2029 ação para implementá-lo.

d) Tabela demonstrativa da arrecadação anual nos últimos cinco anos.

Sim, segue anexo tabela detalhada.

e) Avaliação periódica do sistema de cobrança e ações para redução da inadimplência.

O acompanhamento do sistema de tributos é realizado diariamente, com a emissão de relatórios de arrecadação e comparações com períodos equivalentes, a fim de melhorar o controle tanto da arrecadação quanto da inadimplência. Caso seja identificado algum erro no sistema, a equipe entra em contato com o suporte técnico para a devida correção.

As medidas adotadas para reduzir a inadimplência incluem o envio de notificações, que atualmente estão sendo realizadas por meio eletrônico, utilizando aplicativos de mensagens instantâneas, e-mail, correspondência postal e entrega presencial. A fiscalização de imóveis e empresas também tem se mostrado uma ferramenta eficaz na redução da inadimplência.

f) Estratégias adotadas para captação de recursos em esferas federal e estadual.

A Secretaria da Fazenda atua como apoio às demais secretarias na captação de recursos junto a órgãos federais e estaduais.

g) Realização de campanhas e programas de educação fiscal voltados à população.

A Secretaria informou que, no momento, não há campanhas ou programas estruturados de educação fiscal em andamento.

ANÁLISE E RECOMENDAÇÕES:

O propósito desta auditoria é identificar possíveis irregularidades e/ou falhas que possam acarretar em futuras penalidades. Diante dos fatos acima relatados e depois da análise das informações documentais, apresentamos algumas orientações com o objetivo de garantir o controle das atividades e sempre visando obedecer aos princípios administrativos legais.

A seguir, explanamos sobre os fatos encontrados e apresentamos nossas recomendações:

Resumo da Análise - Incremento da Arrecadação:

A presente auditoria tem como objeto principal avaliar o desempenho do setor tributário municipal, com foco no funcionamento dos mecanismos de arrecadação, na estrutura administrativa responsável pela gestão tributária e nas ações implementadas para o incremento das receitas próprias.

Entretanto, foram identificadas fragilidades relevantes, tais como a ausência de planejamento anual formalizado, a não utilização de sistemas de georreferenciamento para atualização da Planta Genérica de Valores e a inexistência de programas de educação fiscal.

Essas lacunas limitam o potencial de crescimento da arrecadação e o controle da inadimplência, comprometendo a eficiência e a sustentabilidade das receitas municipais.

Avaliação dos Controles Internos:

Conforme a documentação recebida, constatou-se que se encontram em pleno funcionamento, operando regularmente e em conformidade com as normas vigentes, os principais setores responsáveis pela gestão tributária municipal.

A estrutura conta com equipe designada, procedimentos definidos para acompanhamento da arrecadação e adoção de medidas voltadas à redução da inadimplência, além do apoio institucional na captação de recursos externos.

Projetos para melhoria da Arrecadação:

Com base nas informações recebidas, verificou-se que o município prevê, em seu Plano Plurianual 2026–2029, a implantação de sistema de georreferenciamento, com o objetivo de modernizar a atualização da Planta Genérica de Valores e aprimorar a base de cálculo dos tributos imobiliários.

Além disso, observa-se a adoção de medidas contínuas para redução da inadimplência, por meio do envio de notificações eletrônicas, correspondências e ações de fiscalização.

Embora ainda não haja um Plano Anual de Arrecadação formalizado, os relatórios diários de acompanhamento contribuem para o monitoramento das receitas e identificação de oportunidades de melhoria.

Recomendações:

Assim, apresentamos as seguintes recomendações:

- Instituir um **Plano Anual de Atividades da área tributária**, com metas, prazos e responsáveis definidos, contemplando ações como a revisão cadastral, atualização de dados, estratégias de arrecadação e ações de fiscalização. O plano deve ser aprovado pela autoridade competente e amplamente divulgado entre os setores envolvidos, sendo revisado periodicamente para aferição dos resultados.

- Adotar **ferramentas de georreferenciamento** e tecnologias de mapeamento urbano para modernizar e manter atualizada a **Planta Genérica de**

Valores (PGV), possibilitando maior precisão na definição dos valores venais dos imóveis. Essa atualização deve ser realizada com base em critérios técnicos e legais, preferencialmente com apoio de consultorias especializadas ou consórcios intermunicipais, se necessário.

- Desenvolver e implementar um **Programa Municipal de Educação Fiscal**, com ações voltadas à conscientização dos contribuintes sobre a importância dos tributos e a correta aplicação dos recursos públicos. O programa pode incluir palestras em escolas, campanhas de comunicação, distribuição de materiais informativos e parcerias com instituições de ensino e entidades da sociedade civil.

Finalização dos Estudos – Entrevista com o Secretário Municipal de Fazenda.

Com o objetivo de concluir os estudos realizados, foi agendada uma conversa com o Sr. Leandro Bonsenhor Zanciskoski, Secretário Municipal de Fazenda, a fim de obter esclarecimentos sobre o funcionamento da incrementação da arrecadação municipal. A Sra. Célia Solange de Ramos Silva, Diretora de Tributos, também participou do encontro.

Durante a reunião, o secretário destacou a necessidade de elaboração de um laudo atualizado sobre as obras paralisadas. Ele explicou que algumas obras já foram 100% concluídas, porém ainda constam como "em aberto" no sistema e também as obras que não foram concluídas que também estão em aberto. Essa atualização será fundamental para os trabalhos da auditoria e para o alinhamento com o plano de arrecadação, que visa cumprir as metas previstas no orçamento municipal.

Foi mencionado que, a partir de fevereiro de 2026, entrará em vigor uma nova fonte de arrecadação relacionada à taxa de coleta de lixo, com estimativa de receita na ordem de R$ 1 milhão. Esse valor já está previsto no plano de arrecadação, com o objetivo de gerar melhorias para o município.

Outro ponto abordado foi o projeto de georreferenciamento, que já possui estudo prévio e foi incluído no Plano Plurianual (PPA). A implantação da planta multifinalitária, embora de alto custo (apenas o drone custa cerca de R$ 200 mil), permitirá uma revisão completa do Código Tributário Municipal. O projeto prevê um investimento de R$ 7 milhões, distribuídos em quatro anos, e inclui recursos como

fotos em 360°, notificações para contribuintes sem cadastro e atualização da base do IPTU, o que deve ampliar a arrecadação.

Já para 2026, está prevista a licitação do serviço, com R$ 7 milhões já reservados no orçamento. O secretário também mencionou a possibilidade de utilizar ata de registro de preços para executar o projeto por etapas.

Além disso, foram discutidas outras fontes de receita, como emendas federais e estaduais, além de doações de instituições (como os mórmons) voltadas especialmente para a área da saúde. Também foi anunciada a construção de uma nova escola municipal.

No que diz respeito à estrutura administrativa, foi informado que já foi elaborado um novo organograma da equipe tributária, com a inclusão de profissionais terceirizados, embora ainda seja necessário ampliar a equipe para atingir 100% da capacidade operacional. O secretário também destacou que, a pedido do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), pretende unificar os cargos de fiscal de postura e fiscal de tributos, criando um único cargo de fiscal com exigência de ensino superior.

Por fim, mencionou-se a importância da capacitação contínua, com treinamentos realizados por meio da plataforma Methas Online, visando sempre trazer melhorias para a administração pública e para o município como um todo.

CONCLUSÃO:

As recomendações que apresentamos neste relatório foram tomadas com base nos procedimentos de auditoria realizados, conforme previsto na agenda anual da Controladoria Geral do Município, tendo como foco a Secretaria Municipal de Fazenda, com ênfase nos Incremento da Arrecadação.

Observamos nesta auditoria que as atividades podem ser consideradas dentro da regularidade.

Morretes, 06 de agosto de 2025.

JOAO LUIS MIRANDA:72097639968
Assinado de forma digital por JOAO LUIS MIRANDA:72097639968
Dados: 2025.08.06 10:11:25 -03'00'

JOÃO LUÍS MIRANDA
Controlador Geral do Município

gov.br
Documento assinado digitalmente
LARISSA CAROLYNE FIGUEIRA DE FREITAS
Data: 06/08/2025 13:32:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LARISSA C. FIGUEIRA DE FREITAS
Assistente